

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IEPÊ****FORO DE IEPÊ****VARA ÚNICA**

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1000035-96.2023.8.26.0240**
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Liminar**
 Requerente: **Nutrisolo Ltda Me e outros**
 Requerido: **Juízo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arthur Lutiheri Baptista Nespoli**

Vistos.

Fls. 2981/2983: Ciente do recolhimento da 8.^a parcela das custas iniciais.

Fls. 2907/2923: Conheço dos embargos de declaração, posto que tempestivos, entretanto, no mérito, nego-lhes provimento.

Consoante o disposto no CPC: "*Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.*"

A decisão atacada, porém, não padece de qualquer vício, tendo sido devidamente fundamentada, estando claras as razões do convencimento deste julgador.

Com efeito, desde que a recuperanda não contribua com a demora, e estando devidamente justificada, permite-se a prorrogação do stay period em situações excepcionais, como autorizado pelo disposto no art. 6.º, § 4.º, da Lei n.º 11.101/2005.

No caso dos autos, conforme manifestação da Administradora Judicial e constatado por este Juízo, os recuperandos tem atuado de forma diligente, cumprindo as obrigações legais no processo e, pois, não contribuiu para a demora na aprovação do plano de recuperação.

Além disso, em homenagem da preservação da empresa, no

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IEPÊ****FORO DE IEPÊ****VARA ÚNICA****Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

momento, a prorrogação se mostra plausível para viabilizar a aprovação do plano de recuperação.

O exame aprofundado da situação econômico-financeira e da real possibilidade de soerguimento da empresa, bem como sua viabilidade econômica, será realizado pelos credores em Assembleia.

Ressalte-se que eventuais alegações de fraude e má-fé dos recuperandos devem ser manejadas em autos próprios, para a identificação dos seus supostos responsáveis.

Dessa forma, inviável o manejo dos embargos de declaração, ficando patente que o presente recurso tem caráter eminentemente infringente. Resulta claro o indisfarçável propósito da embargante de que a matéria decidida seja reexaminada, mas que a tanto não se prestam os embargos de declaração, mormente quando encerra caráter modificativo sobre a decisão.

Nestes termos, deixo de acolher os embargos de declaração, mantendo a sentença tal como lançada, observando-se que a parte insatisfeita poderá recorrer, por óbvio, dentro do prazo legal.

Sem prejuízo, abra-se vista ao Ministério Público.

Fls. 2986/2992: O administrador apresentou relação nominal de credores retificada. De fato, na esteira do quanto decidido nas impugnações apresentadas, "*[...] não se mostra necessário adentrar-se no debate se o marco inicial seria da concessão da tutela antecedente ou do pedido recuperacional, pois a decisão no agravo de instrumento de nº 2047115-80.2023.8.26.0000 (fls. 290/303 – autos principais) suspendeu os efeitos da decisão que concedeu a tutela cautelar (fls. 268/272 – autos principais). A suspensão dos efeitos implicou na ineficácia da antecipação concedida, verificando-se, posteriormente, a perda do objeto recursal em vista da concessão do processamento da recuperação. Logo, o aventado marco não operou seus efeitos, devendo-se aplicar in casu o termo legal.*"

A respeito dos efeitos da revogação das medidas antecipatórias, é sabido que "*os efeitos da revogação de medida liminar deve ser suportados por quem a requereu, produzindo efeitos ex tunc, isto é, impondo à parte beneficiada pela liminar o ônus de recompor o status quo anterior ao deferimento da medida (...)*" (STJ, REsp n. 940.120/BA, 1ª Turma, j. 14.08.2007, rel. Min. Teori Albino Zavascki).

Nesse sentido, ainda, o entendimento do E. TJSP:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IEPÊ
FORO DE IEPÊ
VARA ÚNICA

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Recurso de agravo contra r. decisão que indeferiu o prosseguimento do incidente de execução provisória instaurado pelo agravante, tendo em vista a revogação da tutela de urgência anteriormente concedida em seu favor, após a interposição de recurso pela empresa agravada. Decisão liminar que deixou de produzir quaisquer efeitos, sendo substituída integralmente em sua eficácia pelo Acórdão em sentido oposto ao seu. **Revogação da liminar que tem eficácia imediata, retornando as partes ao status quo ante, vez que a decisão de revogação tem efeito ex tunc.** Decisão mantida. Recurso não provido". (TJ-SP - AI: 01004519820208269001 SP 0100451-98.2020.8.26.9001, Relator: Suzana Pereira da Silva, Data de Julgamento: 29/01/2021, 6ª Turma Cível - Santos, Data de Publicação: 29/01/2021 – grifou-se)

Partindo dessas premissas, fica claro o aspecto de provisoriedade da medida liminar, pois deixa de existir se revogada. Assim, uma vez corrigido o equívoco nas impugnações apresentadas, de rigor a retificação geral da lista, a fim de se evitar tratamento distinto para situações idênticas.

Nesse passo, dê-se ciência às partes acerca da retificação nominal de credores apresentada às fls. 2993/2998.

Outrossim, apresentado o Plano de Recuperação Judicial, no prazo legal, foram protocoladas objeções.

Dessa forma, considerando que a Administradora Judicial informou as datas e demais procedimentos para realização da Assembleia Geral de Credores, na modalidade virtual, defiro a realização da Assembleia Geral de Credores de forma virtual, em 01 de dezembro de 2023, em primeira convocação, e 08 de dezembro de 2023, em segunda convocação.

Observo que há tempo suficiente para a publicação dos editais, respeitando-se a antecedência mínima de 15 (quinze) dias da primeira convocação designada (01/12/2023), conforme determina o art. 36 da Lei 11.101/05, devendo os recuperandos providenciar o que lhes compete, **com a urgência necessária.**

Fls. 3040/3044: Por fim, intimem-se os recuperandos para que indiquem o atual paradeiro dos bens indicados às fls. 3041 (trator, marca John Deere, modelo 5080E 9X3 CABINADO, série 1BM5080EHM4103274, ano 2021; e trator, marca John Deere, modelo 6190 J, Chassi ano 2020, série 1BM6190JILD002523), bem como o atual estado de conservação, no prazo de 10 (dez) dias.

Após, intime-se a Administradora Judicial para manifestação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IEPÊ

FORO DE IEPÊ

VARA ÚNICA

Rua: Minas Gerais, 343, Sala 03, Centro - CEP 19640-000, Fone: (18) 3264-1587, Iepe-SP - E-mail: iepe@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

acerca dos pedidos formulados pelo Banco John Deere S/A, também no prazo de 10 (dez) dias.

Em seguida, tornem os autos conclusos.

Int.

Iepe, 08/11/2023.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**